



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

HISTÓRIA DE EMPRESAS; HISTÓRIA DA TECNOLOGIA

## **Trajetória inicial da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS) (1994-2010)**

### *Initial trajectory of Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS) (1994-2010)*

Samuel Henrique Colombo Da Luz; UNESC- Universidade do Extremo Sul Catarinense; samuelhcolombo@gmail.com

Alcides Goularti Filho; UNESC- Universidade do Extremo Sul Catarinense; agf@unesc.net

**RESUMO:** Esse artigo tem como objetivo discutir os serviços de distribuição de gás no horizonte de 1994 a 2010, com foco na Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS), a qual foi fundada oficialmente em 1994 e teve suas atividades iniciadas no ano 2000. O gás natural é um combustível fóssil. Ele foi a matriz energética com maior expansão de consumo no século 20, no Brasil, impulsionada por sua versatilidade. No Brasil, a Constituição Federal exige que os Estados da Federação sejam responsáveis pela exploração dos serviços locais de gás canalizado, sendo a SCGÁS a concessionária de sua distribuição em Santa Catarina. A metodologia utilizada foi a exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, além da utilização de fontes bibliográficas e documentais. O método de análise foi o materialista histórico-dialético. Para a realização do artigo, foram utilizadas livros, artigos, teses, legislação sobre gás natural, *sites* e relatórios administrativos da SCGÁS.

**Palavras-chave:** Gás natural. Empresa estatal. Desenvolvimento Socioeconômico.

**ABSTRACT:** This article aims to discuss gas distribution services in the horizon from 1994 to 2010, focusing on Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS), which was officially founded in 1994 and had its activities started in 2000. Gas natural is a fossil fuel. It was the energy matrix with the greatest expansion in consumption in the 20th century, in Brazil, driven by its versatility. In Brazil, the Federal Constitution requires that the States of the Federation be responsible for exploring local piped gas services, with SCGÁS being the concessionaire for its distribution in Santa Catarina. The methodology used was exploratory and descriptive, with a qualitative approach, in addition to the use of bibliographic and documentary sources. The method of analysis was the historical-dialectical materialist. For the realization of the article, books, articles, theses, legislation on natural gas, websites and administrative reports of SCGÁS were used.

**Key words:** Natural gas. State company. Socioeconomic development.



## 1. GÁS NATURAL NO BRASIL

A história do gás natural no Brasil começou no ano de 1941, quando foi descoberto o primeiro poço com petróleo e gás natural em Candeias, no Recôncavo bahiano. Lembrando que já havia sido encontrado petróleo em 1939, na cidade de Lobato, também no estado da Bahia. Inicialmente, a exploração do gás era realizada por empresas privadas, formadas por acionistas brasileiros, autorizada pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP) (AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2019a). Pela Lei nº 2.004/53, as reservas passaram ao monopólio da União, seu transporte e refino, salvo as refinarias já existentes (BRASIL, 1953). Em 1980, foram descobertas reservas na Bacia de Campos. Em 1981, o recurso ainda não ultrapassava 1% na matriz energética. A Constituição Federal de 1988 concedeu monopólio de distribuição aos Estados, por meio da criação de empresas públicas (BRASIL, 1988), o qual foi quebrado por Emenda Constitucional em 1995, junto com outra Emenda que quebrou o monopólio da Petrobras para contratação de atividades relacionadas ao óleo e ao gás (BRASIL, 1995a; BRASIL, 1995b). Pela Lei nº 9.478/97, foi flexibilizado o monopólio da Petrobras sobre os depósitos de óleo e gás, criado o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e normas de regulação (BRASIL, 1997). À ANP coube a regulação, contratação e fiscalização de atividades econômicas para o setor. Entendendo a necessidade de uma legislação específica, foi aprovada a Lei nº 11.909/2009, chamada Lei do Gás (BRASIL, 2009), que depois foi regulamentada em parte pelo Decreto nº 7.382/2010 (BRASIL, 2010).

No Brasil, o gás natural é considerado um mercado recente, sendo que até os anos de 1990 suas reservas quase não eram exploradas ou tampouco se olhava para ele como uma atividade principal na exploração de combustível fóssil, pois sua função era ser um complemento à produção de petróleo. O consumo no Brasil teve um início discreto, por volta dos anos de 1940, na Bahia, com as descobertas de reservas de óleo e gás, atendendo somente o mercado local. Com a descoberta das bacias em Campos, no ano de 1980, ocorreu um aumento na exploração, desencadeando uma maior disponibilidade



de gás natural na matriz energética brasileira. A maior parte do mercado estava concentrada em praticamente três estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia). O mercado teve sua metamorfose a partir dos anos 2000, graças ao funcionamento do Gasbol desde 1º de julho de 1999, proporcionando uma maior e mais segura oferta de gás natural, marcando a virada no mercado de gás natural. A participação do gás natural na matriz energética brasileira passou dos inexpressivos 0,51%, em 1974, para 2,79%, em 1997; já em 2000 o gás natural representava 5,4% da matriz energética utilizada no Brasil, passando, em 2005, para 9,3%, consolidando de vez o produto como uma alternativa viável e estratégica. Seu fornecimento provinha das disponibilidades das reservas internas e das importações, que apresentavam taxas crescentes. O que se sobrepunha eram as importações, a partir de 1999, crescendo a taxas anuais médias de 32%, enquanto a disponibilidade interna cresceu apenas 9% ao ano. No caso do Brasil, as reservas de gás natural estavam associadas à produção de petróleo, estando 77% delas concentradas no mar (*offshore*), e o impacto sobre sua oferta também estava relacionado à produção do petróleo. Esse detalhe de a produção brasileira ser em mar até hoje tem influência direta nos custos de produção, tornando o investimento muito mais elevado do que ocorre em outros países produtores de gás. A produção é realizada em poucos estados onde estão as reservas exploradas do produto, concentrando 50% entre Sul-Sudeste, 29% no Nordeste, e 20% no norte do País. A maior demanda do gás natural, até 2005, ficou a cargo do segmento industrial, que consumiu mais da metade de todo o gás ofertado, em torno de 57%; em seguida, está a geração e cogeração de eletricidade, com 27%; e o restante, dividido entre os setores automotivo, residencial e comercial (PRATES *et al.*, 2006).

O Gasbol ligou as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste ao gás vindo da Bolívia a partir de Corumbá, no Mato Grosso do Sul. Uma malha de dutos se estende até Canoas, no Rio Grande do Sul, sendo também o principal fornecedor do gás consumido na região Sul do País. Uma rede que já conta com 2.953 km em território brasileiro, passando por Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além dos 557 km, em território boliviano, partindo de Santa Cruz. Em território brasileiro, a rede era operada pela Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia (TBG). O contrato tinha validade até 2019, podendo ser renovado para fornecimento de



pelo menos 30 milhões de m<sup>3</sup>/dia, enquanto obrigava o importador a pagar no mínimo 80% dessa capacidade contratada, mesmo que não utilizasse todo esse gás (SANTOS, 2012).

A importante oferta de gás vindo da Bolívia permitiu uma grande oferta de gás a baixos preços, levando ao rápido aumento no consumo do recurso, ainda mais estimulado depois da crise de abastecimento elétrico que o Brasil viveu nos anos de 2001 e 2002, comumente conhecido como “O apagão”. A ameaça de piora na crise energética levou o governo a tomar a decisão de ampliar rapidamente a oferta de energia elétrica por meio da ampliação da geração termoelétrica a gás natural, elevando a participação do gás na matriz energética, superando a marca dos 10% no ano de 2008 (SANTOS, 2012). Na participação para a geração de energia, de 2004 para 2008, saltou de 4% para 6%, ganhando importância principalmente para atender à sazonalidade da geração de energia no Brasil, majoritariamente baseada em geração de fonte hidroelétrica. Assim, fornecem a energia necessária nos períodos de escassez de chuvas, quando as termoelétricas a gás e a carvão são ligadas para suprir a diferença não gerada nas hidroelétricas devido a suas baixas nos reservatórios (LIMA, 2009).

No período de 2005 a 2010, a malha de gasodutos passou de 5.483 km para 9.545 km, um crescimento de 74% marcado pelas descobertas de importantes reservas de gás, não associado às bacias de Santos e do Espírito Santo, e a partir de 2008, pela descoberta de reservas promissoras na camada pré-sal. Em 2009, entrou em operação a malha Norte, que iniciou com a ligação do trecho Urucu-Coari-Manaus, para fornecer gás natural à refinaria de Manaus, extraído pela Petrobras no campo de Urucu. Na sequência, também passaram a fornecer gás as termoelétricas de Tambaqui e Jaraqui e o posto de abastecimento de gás natural veicular (GNV) de Manaus, prevendo o fornecimento em médio prazo para as termoelétricas de Aparecida, Mauá, Manauara e Gera. Outros dutos derivados foram construídos para fornecimento próximo aos municípios amazonenses de Anori, Cadajás, Anamã, Caapiranga, Manacapuru e Iranduba, possuindo duas estações de compressão próximas de Coari e Juaruna (SANTOS, 2012).

Na região Nordeste, a malha é dividida em duas: Nordeste Meridional e Nordeste Setentrional. A malha meridional fica estabelecida entre a Bahia e Sergipe, composta



pelos gasodutos de Santiago-Camaçari, Catu-Itaporanga, Candeias-Camaçari, Candeias-Aratu, Sergipe-Bahia e Cacimbas-Catu. A malha setentrional segue de Alagoas até o Ceará, atravessando Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, composta pelos gasodutos de Atalaia-Itaporanga, Itaporanga-Pilar, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte-Pernambuco, Rio Grande do Norte-Ceará e Pilar-Ipojuca. As duas malhas são abastecidas pela Petrobras a partir dos poços de produção na Bahia, em Sergipe e no Rio Grande do Norte, e uma parte é abastecida pelo campo de Manati, operado por um consórcio composto pela Petrobras, pelo Queiroz Galvão e pela Norse Energy. Tem como principais consumidores sete companhias distribuidoras de gás, duas fábricas de fertilizantes e duas refinarias. A partir de 2009, a região passou a contar com o fornecimento de GNL importado, entrando em operação o terminal de regaseificação no Porto do Pecém, no Ceará, e em 2010 passou a receber o gás vindo de poços da região Sudeste, principalmente produzido no Espírito Santo, com a ligação do gasoduto da Integração Sudeste-Nordeste (Gasene). A malha completa do Gasene atingiu aproximadamente 1.300 km e consumiu US\$ 5 bilhões, levando o excedente de gás natural disponível no Sudeste para a região Nordeste, onde há um *deficit* no fornecimento. Com esse acontecimento, com exceção da isolada malha Norte, as demais redes de gasodutos passaram a ser todas interligadas e ligadas aos poços de produção, aos terminais de GNL e ao Gasbol. Pontuando que existem apenas dois terminais de regaseificação em operação, um no Porto do Pecém e o outro no Porto do Rio de Janeiro, enquanto um terceiro vem sendo construído na Bahia de Todos os Santos, em Salvador (SANTOS, 2012).

A importação do gás natural para os próximos anos continua sendo indispensável para a sustentação da oferta, visto que atualmente as reservas brasileiras não possuem capacidade de abastecimento para o mercado e que o processo de início das operações para novas descobertas é lento. Quase todo gás importado pelo Brasil vem da Bolívia, chegando a 96% em 2005. Outro problema apresentado para o caso brasileiro é o de infraestrutura de gasodutos, que possuem alto custo de implantação, mas baixos de manutenção e operação, detalhes que tendem à formação de monopólios por ser um mercado em expansão e não consolidado. O mercado do gás natural no Brasil tem perspectivas ascendentes. Apesar de alguns entraves relacionados à produção e



distribuição, o combustível fóssil se mostra como a melhor opção em paralelo com os demais, afinal é um combustível limpo, cabendo ao investimento estatal um planejamento para ampliar a oferta do produto no País, atendendo e gerando demanda, desencadeando todo um setor produtivo e gerando renda e benefícios econômicos ao País.

Os gasodutos, em sua maioria, são controlados pela Petrobras e suas subsidiárias, a grande maioria empresas estatais, e são os únicos que têm tido investindo na ampliação de suas malhas. A Petrobras se manteve como a maior produtora de gás natural, em 2017, com cerca de 76,6%, mas com menor participação no total produzido, que foi de 78,6%. Mesmo com relativas quedas, ela continua responsável por produzir 95% de todo o gás natural (AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2018).

Quadro 1: Empresas distribuidoras de gás por Estado e a data de criação

<b>ESTADO</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>ANO CRIAÇÃO</b>	<b>LEI DE CRIAÇÃO</b>
<b>AL</b>	ALGÁS	1993	Lei nº 5.408, de 14 de dezembro de 1992
<b>AP</b>	GASAP	2003	Lei nº 0687, de 07 de junho de 2002
<b>AM</b>	CIGÁS	1995	Lei nº 2.325, de 8 de maio de 1995
<b>BA</b>	BAHIAGÁS	1991/1994 *	Lei nº 5.555, de 13 de dezembro de 1989
<b>CE</b>	CEGÁS	1992/1993 *	Lei nº 12.010, de 5 outubro de 1992
<b>DF</b>	CEBGÁS	1968/1963 *	Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1968
<b>ES</b>	PETROBRAS	1953	Lei Federal nº 2004, de 3 de outubro de 1953
<b>GO</b>	GOIASGÁS	2000	Lei nº 13.641, de 09 de junho de 2000
<b>MA</b>	GASMAR	2001	Lei nº 7.595, de 11 de julho de 2001
<b>MT</b>	MTGÁS	2003	Lei nº 7.939, de 28 de julho de 2003
<b>MS</b>	MSGÁS	1998	Lei nº 1.854, de 21 de maio de 1998
<b>MG</b>	GASMIG	1986	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976
<b>PA</b>	GÁSPARA	2013	Lei nº 7719, de 24 de junho de 2013
<b>PB</b>	PBGÁS	1994	Lei nº 5.680, de 1992
<b>PR</b>	COMPAGÁS	1994	Lei nº 10.856, de 06 de julho de 1994
<b>PE</b>	COPERGÁS	1992	Lei nº 10.656, de 28 de novembro de 1991
<b>PI</b>	GASPISA	1991	Lei nº 5.192, de 25 de maio de 2001



<b>RJ</b>	NATURGY - ESPANHA	1991/2001 *	
<b>RN</b>	POTIGÁS	1993/1995 *	Lei nº 6502, de 26 de novembro de 1993
<b>RS</b>	SULGÁS	1993	Lei nº 9.128, de 7 de agosto de 1990
<b>RO</b>	RONGÁS	1997	Lei nº 728, de 14 de julho de 1997
<b>SC</b>	SCGÁS	1994	Lei nº 8.999, de 19 de fevereiro de 1993
<b>SP</b>	COMGÁS/ GASBRASILIA NO/NATURGY	(1872/1999 */1991)	(Lei nº 7199, de 1º de novembro de 1968/ Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990)
<b>SE</b>	SERGÁS	1993	Lei nº 3.305, de 28 janeiro de 1993

Fonte: Elaborado pelo autor.



## 2. FORMAÇÃO DA SCGÁS

Oficialmente fundada em 1994, a SCGÁS foi fruto de um trabalho liderado pelo governo para a introdução do gás natural no Estado antes mesmo de sua fundação, em meados de 1989, com o projeto do gasoduto Bolívia-Brasil. As obras da rede de distribuição de gás canalizado começaram em 1997 e foram finalizadas no ano 2000. A partir disso, estrategicamente, iniciou-se o fornecimento ao Estado, começando pelas regiões com a indústria mais desenvolvida (Norte, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul). Atualmente, a empresa é consolidada no mercado devido a todos os diferenciais presentes no gás natural (COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA, 2021).

Na sua constituição, foram declarados em ata alguns pontos específicos, que merecem ser destacados para a compreensão do funcionamento da companhia. Começando pelo Art. 5º: o capital social da SCGÁS será inicialmente de Cr\$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de cruzeiros), divididos em Cr\$ 5.332.800.000,00 (cinco bilhões, trezentos e trinta e dois milhões e oitocentos mil cruzeiros) de ações ordinárias nominativas e Cr\$ 2.667.200.000,00 (dois bilhões, seiscentos e sessenta e sete milhões, duzentos mil cruzeiros) de ações preferenciais nominativas, todas no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma. Esses valores foram os iniciais e ocorreriam mutações no decorrer de cada período, definido por meio de assembleia geral ordinária e extraordinária dos acionistas. Já a participação acionária foi estabelecida no Art. 6º, que determina que o estado de Santa Catarina, diretamente ou através de entidades de sua administração indireta, subscreverá parcelas do capital social que assegurem o percentual mínimo de 51% das ações com direito a voto (ações ordinárias), mantendo o controle acionário da companhia. Quanto aos demais acionistas, foi estabelecido no Art. 7º que poderão participar na constituição do capital social da SCGÁS: I - municípios do estado de Santa Catarina; II - entidades sob o controle do estado de Santa Catarina; III - empresas sob o controle acionário majoritário do estado de Santa Catarina ou de seus municípios; IV - empresas potencialmente consumidoras de gás, seus subprodutos e/ou derivados, bem como suas subsidiárias ou controladas; V- entidades nacionais de fomento e crédito; VI - pessoas físicas residentes e domiciliadas no País (SANTA CATARINA, 1993).



Referente à administração da empresa, foi determinado no Art. 10º que a Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS será administrada: I - por um Conselho de Administração composto de, no máximo 11 (onze) membros, com mandato de 2 (dois) anos e direito à reeleição; II - por uma Diretoria composta por, no máximo, 4 (quatro) membros, eleita pelo Conselho de Administração para o mandato de 2 (dois) anos e com direito à reeleição. E, conforme Art. 9º, fica o Poder Executivo autorizado a consignar à Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS, em cada orçamento anual, os recursos necessários às integralizações do capital pelo Estado, bem como os decorrentes de posteriores aumentos de capital (SANTA CATARINA, 1993).

Poucas mudanças ocorreram desde a ata de constituição até o estatuto social de 2019, o último lançado pela Companhia. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva seguem as mesmas regras da constituição, com a inclusão da cláusula que permite, no máximo, três reeleições. Ficou também determinado no estatuto que, do total dos lucros, 5% serão aplicados em fundo de reserva legal, não excedendo a 20% do capital social, e aos acionistas são assegurados 25% de dividendos mínimos obrigatórios do lucro líquido do exercício. Da participação acionária, as ações ordinárias conferem direito a votos na assembleia, o que não é garantido à ação preferencial, porém ela garante prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório, prioridade no reembolso de capital e participação em igual condição com ações ordinárias nos dividendos de lucros remanescentes (COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA, 2019).

A companhia foi fundada para a exploração dos serviços locais de distribuição de gás canalizado em todo o estado de Santa Catarina, e o contrato de concessão foi firmado em 28 de março de 1994, uma transferência do Poder Público Estadual com prazo de vigência de 50 anos, contados a partir dessa data. Vale ressaltar que, conforme o Art. 6º, é vedado ao poder concedente estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de usuários do serviço concedido, exceto se no cumprimento da lei indique e especifique as fontes de recursos que custearão os privilégios estabelecidos (SANTA CATARINA, 1994).

A linha do tempo mostra um parecer geral do histórico de atuação da companhia, que será detalho nos capítulos seguintes.



**XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas**

Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



**ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA**



#### Quadro 1: Linha do tempo da SCGÁS

● 1994 - Fundação da Companhia de Gás de Santa Catarina;
● 1994 - Assinatura do contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de Gás Natural entre a SCGÁS e o Governo do Estado de Santa Catarina;
● 1997 - Início da construção da rede de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina;
● 2000 - Ligação do primeiro cliente, a indústria Döhler, de Joinville;
● 2001 - Início da atuação no mercado de combustíveis automotivos de Santa Catarina, com a ligação do primeiro posto em Jaraguá do Sul;
● 2004 - Início do atendimento com Gás Natural em estabelecimentos comerciais;
● 2005 - As residências passam a ser atendidas com Gás Natural. O projeto-piloto foi concebido em Joinville com o atendimento do Condomínio Elisa Kontöpp;
● 2006 - Interligação à rede do Shopping Center Neumarkt, em Blumenau. O primeiro de Santa Catarina a utilizar o energético;
● 2006 - Realização do primeiro concurso público, responsável por quase 100% dos funcionários do quadro atual;
● 2008 - A Companhia inicia a atuação em Florianópolis com a interligação do Condomínio Residencial La Perle;
● 2012 - Construção do milésimo quilômetro de rede própria de distribuição;
● 2013 - Avanço na interiorização da oferta do Gás Natural. O primeiro cliente do Projeto Serra Catarinense, a Indústria Dystar, de Apiúna, inicia o consumo;
● 2013 - Com as primeiras mudas de árvores plantadas, a Companhia de Gás de Santa Catarina se tornou a primeira empresa do Governo do Estado a realizar a compensação de suas emissões;
● 2016 - SCGÁS supera a marca de 10.000 clientes;
● 2019 - SCGÁS completa 25 anos, acumulando R\$ 1,2 bilhão em investimentos e 10 bilhões de metros cúbicos de gás distribuído no período;
● 2020 – Assinatura de novo contrato de fornecimento de gás natural com a Petrobrás.

Fonte: Elaborado a partir de dados da Companhia de Gás de Santa Catarina (2021).

Apesar de ser fundada em 1994, foi um longo período até o início de suas operações, em 31 de março de 2000. Nesse período, a companhia se encontrava em fase pré-operacional, investindo apenas em construção de rede e imobilizado, em estratégias de atuação de mercado, em ações ambientais e sociais alinhadas aos propósitos da companhia e buscando os primeiros clientes para atender após a finalização da primeira fase de obras. As atividades de distribuição de gás se iniciaram a partir do mês de abril de 2000.



Figura 1 - Mapa de Rede de Distribuição SCGÁS 2021



Fonte: Companhia de Gás de Santa Catarina (2021).

### 3. DESEMPENHO DA SCGÁS

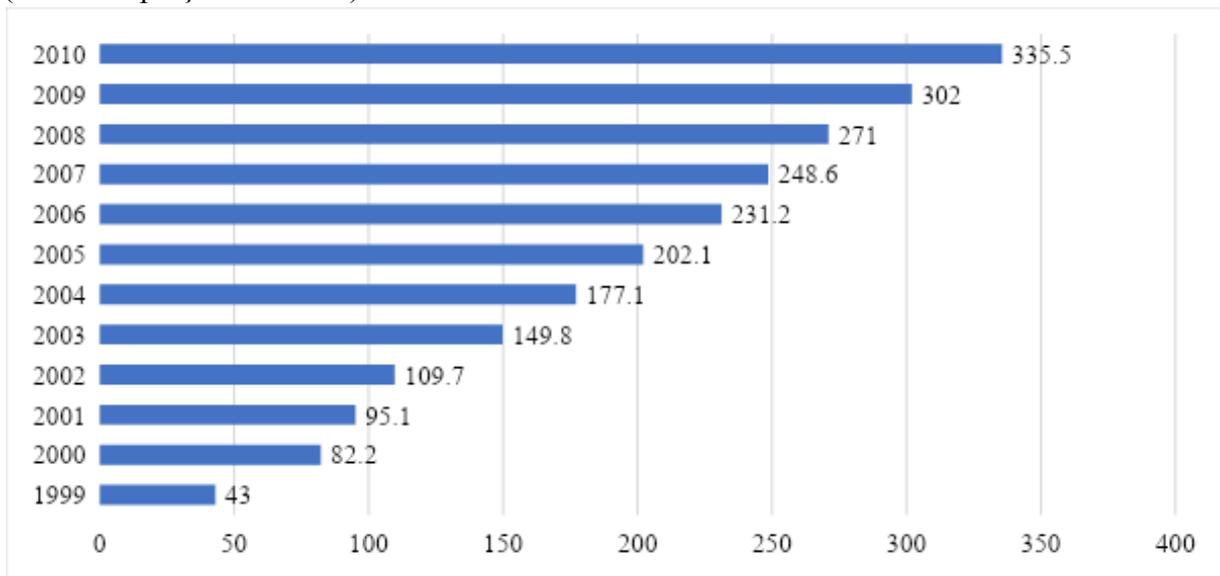
O relatório apresentado neste tópico em questão vai trazer um esboço de como foi o desempenho econômico e financeiro da SCGÁS em seus primeiros anos de atividade. Faz-se necessária essa análise para sustentar a tese de que a empresa, de caráter estatal, mante-se sustentável e como pilar do Estado para o alargamento de suas funções, que além de gerar oferta para o atendimento de demanda, possui altos investimentos que proporcionam o desenvolvimento socioeconômico, relacionando Estado e desenvolvimento.

É importante frisar que no Brasil o gás natural é considerado um mercado recente, sendo que até os anos 90 esse combustível era muito pouco explorado, servia mais como complemento a outros combustíveis e pouco dele era conhecido pela sociedade, apenas com demanda industrial. O mercado teve sua metamorfose a partir dos anos 2000, graças ao funcionamento do Gasbol desde 1º de julho de 1999, proporcionando uma maior e mais segura oferta de gás natural. Fundada no ano de 1994 em meio a um



movimento de privatizações direcionado por políticas do governo federal, a estatal SCGÁS iniciou as atividades em 1998, preparando-se para receber o gás natural vindo da Bolívia via Gasbol para o abastecimento do estado de Santa Catarina. Finalmente, em 2000, foi que se iniciou a distribuição. Desde sua fundação, em 1994, até o ano de 2010, foram investidos mais de R\$ 335,5 milhões na Companhia, uma média de quase R\$ 28 milhões investidos anualmente, que foram em grande parte direcionados à construção das redes de tubulações para distribuição e para novos projetos, visando a ampliação e a diversificação de mercado para atender a uma demanda crescente. O investimento refletiu também no imobilizado da Companhia, que passou de R\$ 25,2 milhões, em 1999, para R\$ 163,4 milhões, em 2010, distribuídos principalmente na infraestrutura da Companhia – tubulações, aparelhos, máquinas e equipamentos. Nota-se que o imobilizado se manteve crescente, mas estável, com o passar dos anos, mostrando a consolidação da Companhia e refletindo em seu valor de mercado. O valor acumulado acrescido no imobilizado foi de mais de R\$ 148 milhões, em média um acréscimo de R\$ 12 milhões por ano. Também é interessante ressaltar de tudo isso que a depreciação foi muito baixa se levado em conta o valor investido, respondendo de forma positiva o investimento aplicado.

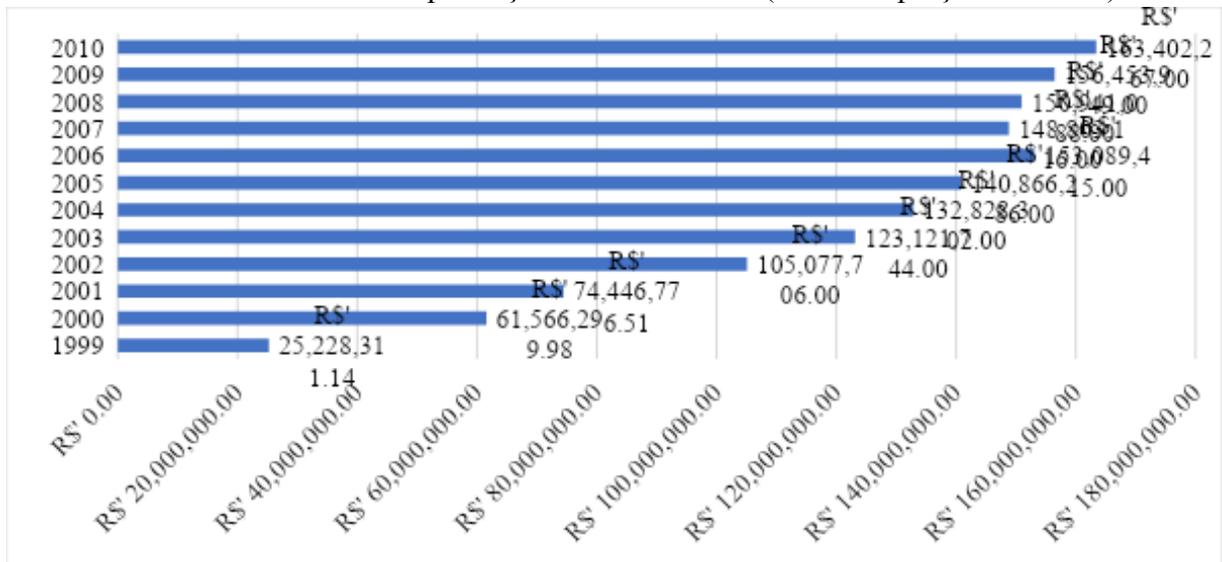
Gráfico 1: Investimento total acumulado da SCGÁS entre 1999 a 2010 (Milhões) (Valores a preços correntes)





Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

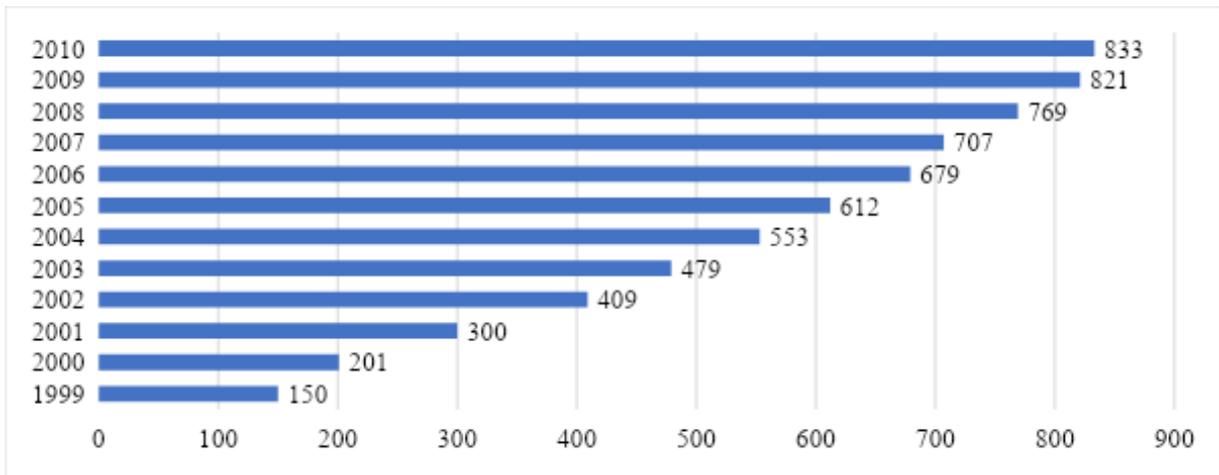
Gráfico 2: Imobilizado menos depreciação de 1999 a 2010 (valores a preços correntes)



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Decorrente do investimento pesado em infraestrutura, obteve-se um resultado de 833 quilômetros de redes construídas e operando, servindo para o atendimento a clientes em 54 municípios de Santa Catarina. Com uma média de quase 70 quilômetros de extensão de redes construídas por ano. No final de 2010, Santa Catarina chegou ao patamar de terceiro maior estado em extensão de redes do País. Tudo isso para atender a uma demanda de gás natural que cresceu em nível nacional aproximadamente 356%, de 2000 a 2010 (ANP, 2010).

Gráfico 3: Extensão da rede em quilômetros de 1999 a 2010



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Em Santa Catarina, não foi diferente do que aconteceu no Brasil, ou seja, o crescimento da demanda refletiu no número de clientes ativos, que passou de apenas 27, no primeiro ano de operações, para 1988, em 2010, correspondendo a um aumento de incríveis 7263% no total acumulado. Clientes que foram divididos nos segmentos industrial (194), veicular (131), comercial (197) e residencial (1466). Esse aumento expressivo também se justifica pela quantidade de clientes residenciais ativos, segmento que começou a operar de forma definitiva em 2006, agregando muitos clientes, mas que demandou pouco consumo. Essa quantidade expressiva de clientes mostra o impacto social e a aceitação que o gás natural teve no mercado, deixando de ser apenas um insumo secundário e de uso somente industrial, visto que ganhou o mercado em diversos segmentos por sua versatilidade e por seus benefícios, levando em conta questões como o custo, que, por ser mais barato e dar mais durabilidade aos equipamentos de manuseio, favoreceu a sua utilização em relação aos demais. O acesso ao gás também foi um fator principal para esse aumento de clientes, resultado das políticas de expansão da rede e da diversificação do mercado imposto pela Companhia em todos os anos de atividade, mas não somente isso, pois questões ambientais também tiveram relação com esse crescimento, como no caso da indústria moveleira, que optou por substituir a matriz energética proveniente da serragem pelo gás natural na secagem de madeira, tornando o processo mais rápido e eficiente e com benefícios ambientais.



**XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas**

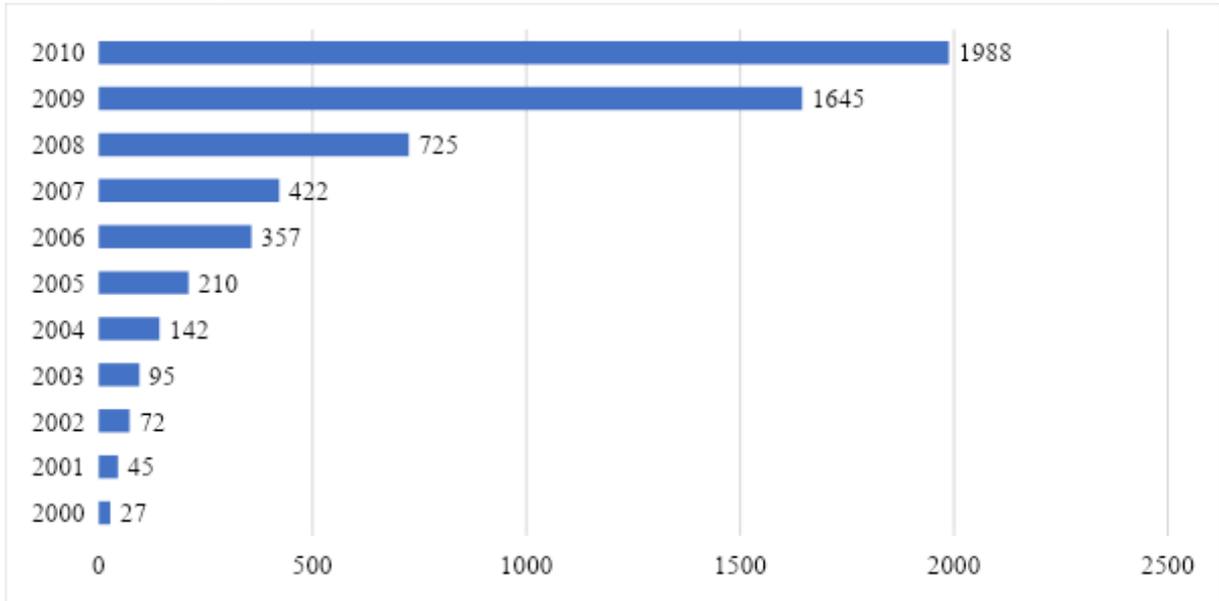
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



**ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA**



Gráfico 4: Evolução dos clientes ativos de 2000 a 2010



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Tabela 1 - Demonstrativo dos clientes ativos por segmento de 2000 a 2010

Segmento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Industrial</b>	27	45	63	77	101	120	125	137	154	177	194
<b>Veicular</b>	0	0	9	16	30	51	69	91	107	128	131
<b>Comercial</b>	0	0	0	3	11	39	64	93	119	163	197
<b>Residencial</b>	0	0	0	0	0	0	99	101	345	1177	1466
<b>Clientes</b>											
<b>Totais</b>	<b>27</b>	<b>45</b>	<b>72</b>	<b>96</b>	<b>142</b>	<b>210</b>	<b>357</b>	<b>422</b>	<b>725</b>	<b>1645</b>	<b>1988</b>

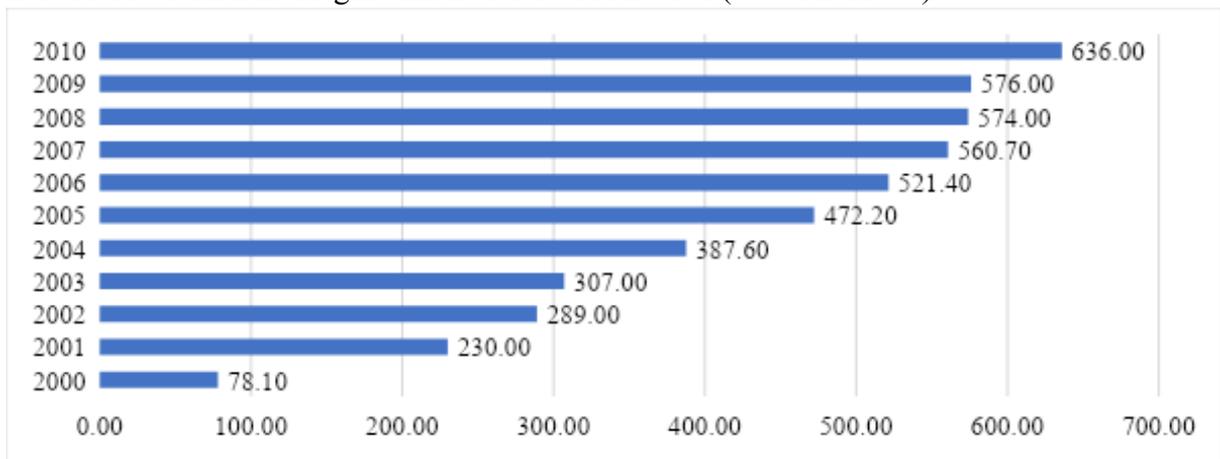
Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

O aumento no número de clientes refletiu direto no número de vendas. Como pode ser observado no gráfico 18, o consumo de 2000 para 2010 saltou 715%, alcançando o volume de 636 milhões de m<sup>3</sup>. Apenas entre os anos de 2008 e 2009 foi que o consumo se manteve estável por interferências externas ocorridas devido à crise econômica e aos desastres climáticos ocorridos. Mesmo assim, todo o ano apresentou crescimento nas vendas de gás natural. Do total delas, o maior consumidor foi o segmento industrial, que demandou boa parte do gás natural distribuído, em média



quase 80% do total, seguido pelo segmento industrial, que demandou próximo de 19%. Dos demais segmentos, comercial e residencial, apesar do grande número de clientes, as vendas para ambos totalizaram apenas 1% do total, o que não desmereceu a importância deles para a Companhia e seus acionistas, que viram com bons olhos o valor agregado que o gás natural trouxe a esses consumidores, não apenas na questão financeira e ambiental, mas também como modo de expandir e fixar o produto no mercado, garantindo que a diversificação continuasse, que o produto fosse acessível e que todos tivessem conhecimento de que era o gás natural, bem como de suas vantagens de uso.

Gráfico 5: Venda total de gás natural entre 2000 a 2010 (Milhões de M<sup>3</sup>)



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Acompanhando os resultados positivos das vendas, as receitas bruta e líquida da Companhia apresentaram crescimento ano após ano, garantido pelas políticas e por sua ótima gestão executiva interna, blindando os indicadores de maior interferência externa do mercado e da economia, que pudessem puxar os índices para baixo. Foram acrescidos aproximadamente R\$ 553 milhões em receita bruta e R\$ 429 milhões em receita líquida, e mesmo em períodos que apresentaram dificuldades, como quando houve o aumento do preço do gás natural e os períodos de crise econômica e ambiental, não ocorreram grandes impactos nas receitas, que se mostraram estáveis e crescentes, ressaltando-se, com isso, a importância de possuir um mercado diversificado e consolidado, que era um dos principais objetivos da instituição. De modo geral, a



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

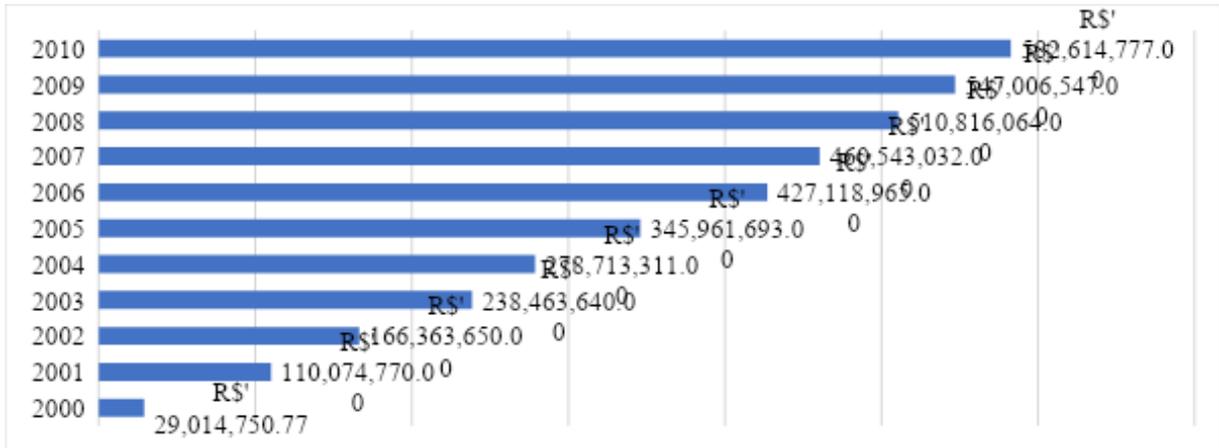


ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

receita bruta e a receita líquida cresceram a taxas semelhantes, mantendo-se atraentes para os investidores e demonstrando a capacidade de geração de receitas da Companhia.

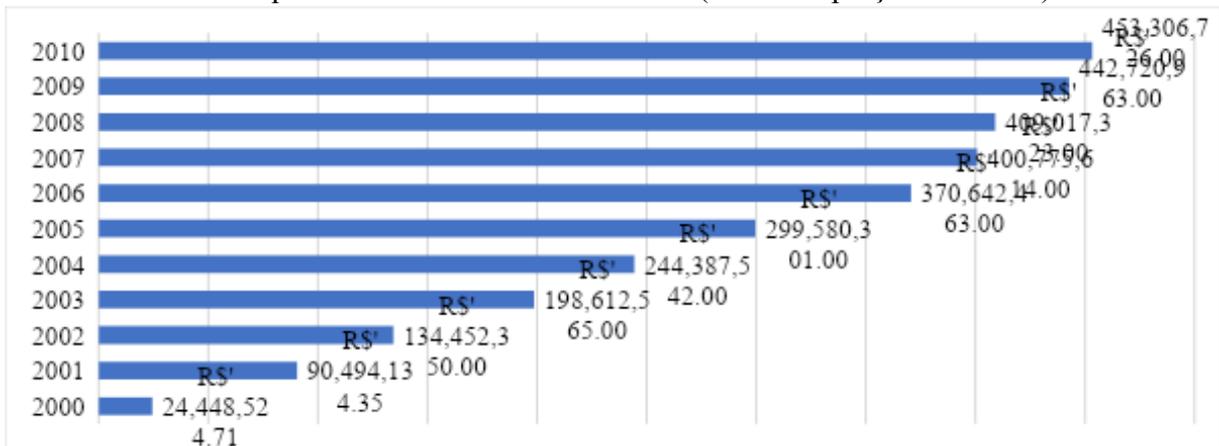


Gráfico 6: Receita bruta da SCGÁS de 2000 a 2010 (valores a preços correntes)



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Gráfico 7: Receita líquida da SCGÁS de 2000 a 2010 (valores a preços correntes)



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

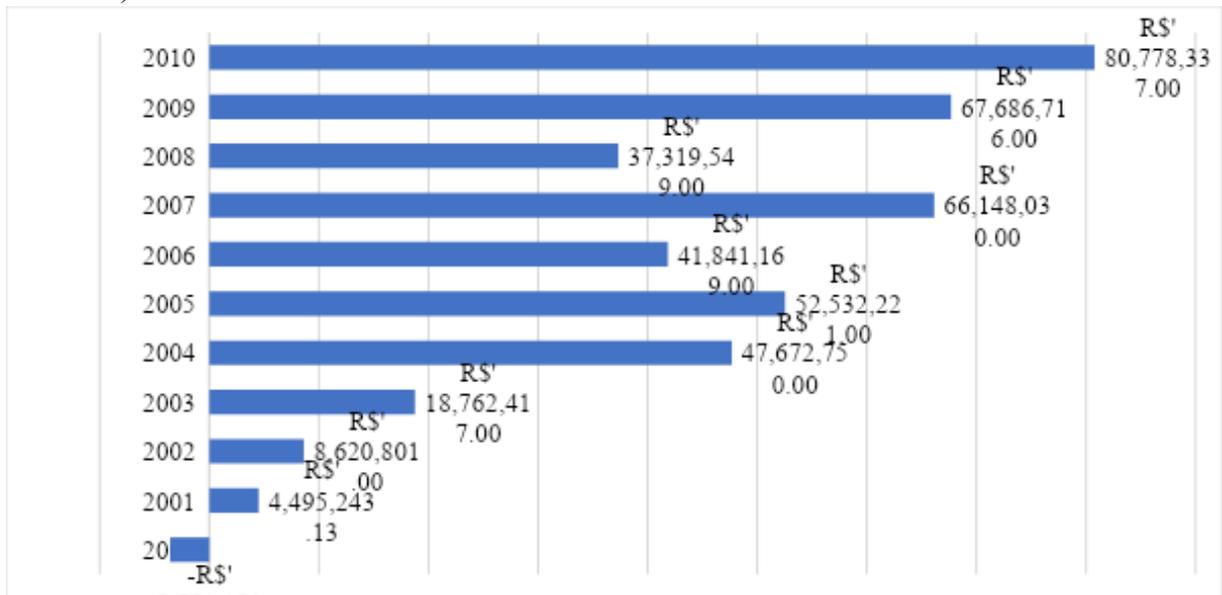
Com o passar dos anos, no final de cada exercício, a SCGÁS se mostrou cada vez mais consolidada e lucrativa. Isso se verifica a partir do lucro líquido crescente, com ressalva para o primeiro ano de operações, que apontou um resultado negativo de R\$ 3,5 milhões, algo que já era esperado e estava nos planos da empresa. Nos demais, apenas em 2006 e 2008 que houve encolhimento no lucro. Primeiro devido ao aumento das despesas operacionais, que logo foi corrigido no exercício seguinte, depois decorrente dos problemas econômicos, que incidiram na variação cambial e



impactaram diretamente no custo do gás natural e na tragédia climática ocorrida no Estado.

É importante frisar que em 2008 a empresa optou por não repassar todo o aumento de custos aos seus consumidores (parte de um projeto de manutenção dos clientes), resultando na estagnação do resultado líquido e, conseqüentemente, na queda do lucro da empresa. Em 2010, o lucro líquido apresentado já foi na casa de R\$ 80,7 milhões, tudo isso alinhado aos demais resultados financeiros e à estrutura administrativa, o que vem comprovar a solidez da Companhia, que garante aos acionistas, estatutariamente, dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

Gráfico 8: Resultado líquido do exercício da SCGÁS de 2000 a 2010 (valores a preços correntes)



Fonte: Elaborado a partir de Santa Catarina (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011).

Todos esses indicadores analisados durante os anos de operação da Companhia reforçam e ressaltam a necessidade de um estado operante. Um segmento que se mostrava incerto, porém com demanda, altos custos para entrada e sem expectativa de prazo para retorno de investimento se mostrou com grande eficiência econômica, social e ambiental, além de financeiramente ser rentável, possibilitando a acumulação de



capital. A SCGÁS pertence hoje a um selete grupo de empresas estatais as quais formam um sistema – empresas como BADESC, CELESC, CASAN e demais setores estratégicos –, que garante a expansão do capitalismo no Estado, atendendo às demandas sociais e econômicas de primeiro escalão, que resultam no desenvolvimento das forças de produção, na valorização do capital e no desenvolvimento socioeconômico. É preciso entender o Estado como forma de organização superior no capital, condensando as contradições e trazendo equilíbrio econômico, seja por intervenção direta ou indireta, como visto no caso da criação de empresas estatais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do artigo foi descrever os serviços prestados pela SCGÁS, bem como analisar os resultados financeiros e as políticas apresentadas pela Companhia. Ao constituir sua trajetória, foram analisados os desdobramentos econômicos e sociais com a inserção do gás natural em Santa Catarina. A SCGÁS é uma empresa de caráter estatal, sendo ela um meio de alargamento das funções do Estado, instrumento de política econômica e fator de desenvolvimento socioeconômico, uma relação entre Estado e desenvolvimento. Como foi constituída em um período árduo de privatizações, o estudo serve como base para explicitar os motivos de ter acontecido nessa contramão de políticas e a necessidade de manutenção de estatais em setores estratégicos como o de gás natural.

O gás natural se diferencia dos demais combustíveis fósseis pelas facilidades apresentadas por ele – mais limpo e versátil –, com usos domésticos, industriais, automotivos e na cogeração. Não possui cheiro ou cor e não é tóxico. Possui combustão completa, tornando-se muito mais ecológico que os demais combustíveis fósseis. É encontrado em reservas em terra e em mar, podendo ser associado ou não ao petróleo.

Inicialmente, no século XIX, o gás natural foi utilizado, em sua maioria, no uso residencial, mas exclusivamente para iluminação, porém perdeu espaço com a descoberta da energia elétrica. Foi apenas no século XX que o gás natural surgiu como um insumo energético de relevância social, ambiental e econômica, mas com a maioria do mercado concentrado na América do Norte, expandindo-se para o restante do mundo em seguida. Nos anos de 1990, ele já ocupava a posição de terceiro insumo mais



utilizado como energia primária no mundo, captando cerca de 20% do mercado mundial, isso relacionado às políticas energéticas que visavam reduzir custos e prejuízos ambientais, como também reduzir a dependência de outras matrizes energéticas aliadas a dependências externas.

Essas características presentes no gás natural, ao longo dos anos, mudaram a visão sobre o uso desse combustível, elevando seu patamar e a necessidade de ofertá-lo ao mercado. O mercado brasileiro de gás natural é considerado recente, sendo que até os anos 90 quase não era explorado ou tampouco se olhava para ele como uma atividade principal, mas sim como função complementar à produção de petróleo. A história do gás natural no Brasil começou no ano de 1941, quando foi descoberto o primeiro poço com petróleo e gás natural na Bahia. Inicialmente, a exploração do gás era realizada por empresas privadas, formadas por acionistas brasileiros, autorizada pelo Conselho Nacional do Petróleo, conforme Lei nº 2004, de 1953, que constituiu o monopólio da União com relação ao petróleo e a Petrobras, mas apresentou falha em relação ao gás natural, pois naquele momento era uma matriz insignificante, e assim possibilitou que os serviços de gás canalizado fossem realizados por empresas privadas, especialmente ao não associar a indústria do gás ao petróleo. Os problemas só não foram maiores porque houve a intervenção estatal para a manutenção das companhias de gás perante concorrência imposta naquele momento, como no caso das empresas de São Paulo e Rio de Janeiro, principais mercados de gás natural na época. Na Constituição Federal de 1988, foi concedido o monopólio de distribuição aos Estados, por meio da criação de empresas públicas, e logo em seguida esse monopólio foi quebrado pela Emenda Constitucional de 1995, por meio da qual uma pequena brecha se abriu para a iniciativa privada para apenas operar na distribuição de gás. Entretanto, continuou sendo de responsabilidade do Estado regular e fiscalizar todas as atividades ligadas ao gás natural. Mesmo com a “quebra” de monopólio, a Petrobras manteve o quase monopólio do ponto de vista da participação na estrutura do mercado, resultado de um desinteresse por parte das empresas privadas nacionais e estrangeiras, já que os altíssimos custos iniciais para a pesquisa e a exploração com longo prazo de retorno espantava qualquer interesse.



A participação do gás natural na matriz energética brasileira não parou de crescer e passou dos inexpressivos 0,51%, em 1974, para 9,3% da matriz energética, em 2005, mostrando sua consolidação e a pressão da demanda sobre a oferta do produto no mercado. O fornecimento de gás proveio das disponibilidades das reservas internas e do que era importado. Uma importante parte da história quanto à oferta de gás natural no Brasil e em Santa Catarina está relacionada à oferta do gás vindo da Bolívia através do Gasbol, que começou a operar em 1999, possibilitando gerar uma grande oferta de gás a baixos preços, levando ao rápido aumento no consumo e gerando uma metamorfose no mercado. Entretanto, os problemas relacionados à oferta de gás natural apareceram, e um dos principais ocorridos no Brasil, nos anos de 1990, foi quanto à infraestrutura de distribuição, o que se refletiu em Santa Catarina, que não possuía nenhuma estrutura e nenhum interesse de empresas privadas para investir no setor pelos altos custos iniciais.

Fatores como esses aumentaram ainda mais a pressão pela disponibilidade do produto, um insumo primário de produção e uma solução energética viável. Os entraves para a expansão capitalista, como o de infraestrutura para distribuição de gás natural, como foi apresentado, exigiram uma ação do Estado para que fossem solucionados e assumissem o risco, garantindo um aporte financeiro que era necessário para a continuação dos investimentos. Com um retorno a médio e a longo prazo, após a consolidação, não despertou o interesse do capital privado para investir ou aplicar, foi então que nesse período de crise e transição surgiram as empresas estatais como elemento para garantir a sequência da acumulação privada de capital. Nesse cenário desfavorável ao investimento, surgiu a SCGÁS, na contramão das privatizações e como uma solução econômica e social em Santa Catarina, atendendo à demanda de gás natural.

Criada em 1994, a SCGÁS foi uma empresa estatal fundada pelo governo para introduzir o gás natural no Estado, explorando e distribuindo o gás canalizado em todo o estado de Santa Catarina. O projeto de criação da SCGÁS estava alinhando ao nacional e ao do Gasbol. Foi um longo período até iniciarem as suas operações no ano 2000. Nesse momento pré-operacional, apenas se contabilizaram altos investimentos em construções de redes, projetos, pesquisas e ações visando ao mercado e ao suporte à demanda existente. Esse primeiro momento também ficou marcado pelos altos custos e



pelas despesas na Companhia, como as de manutenções; de obrigações sociais, trabalhistas e tributárias; e de fornecedores. Todo o valor demandado pela Companhia nos primeiros seis anos de existência foi originado, em grande parte, pelos acionistas: nos três primeiros anos, em específico, apenas por parte dos acionistas; posteriormente, houve a entrada do BADESC, uma empresa que também é estatal. Os acionistas estatais eram o Estado de Santa Catarina e a Petrobras, e ambos representavam quase 74% das ações ordinárias e 58% das ações totais, além de que os acionistas também não foram contemplados com os dividendos, visto que os resultados apresentados nos exercícios eram negativos.

Mesmo com o início das operações no ano 2000, o resultado do exercício foi negativo, na casa dos três milhões de reais, totalizando sete anos de funcionamento com alta demanda de recursos e com taxas de retorno negativas. Esses fatos foram elementos-chave para determinar o interesse do capital privado, que diferente do Estado, que queria buscar o desenvolvimento econômico e social, buscava retorno imediato na acumulação, com taxas constantes e de curto e médio prazo, trabalhando, é claro, sem incertezas, como foi o caso da inserção de um novo produto alternativo no mercado, ou seja, o gás natural. Nos anos seguintes, com o início das operações, a SCGÁS já começou a se consolidar no mercado e a introduzir esse “novo” produto, que é o gás natural, já fechando o exercício de 2001 com lucro. O investimento para expandir e diversificar o mercado foi contínuo, assim como o aumento das receitas e do lucro. Isso foi alinhado à responsabilidade social e ambiental da Companhia, que continuou investindo em projetos desse caráter, beneficiando a sociedade em geral.

No final da trajetória estudada, a SCGÁS atingiu marcas surpreendentes, contando com quase dois mil clientes, vendendo em torno de 1,7 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural por uma extensa rede de mais de 800 quilômetros, resultado de um investimento acumulado de aproximadamente 330 milhões de reais, que proporcionaram mais de R\$ 80 milhões de lucro em 2010.

Ano após ano, a empresa foi vendo os indicadores e os resultados se firmarem e expandirem positivamente. Desde a pré-operação até a pós-operação a solidez da Companhia se traduziu em números, auferindo lucro e distribuindo dividendos, expandido e diversificando o mercado, estruturada e organizada institucionalmente,



mostrando que a gestão e a intervenção bem efetuadas pelo Estado se desdobraram em uma empresa estatal que poderia alargar suas funções e ser um fator de desenvolvimento socioeconômico, como também um instrumento de política econômica, relacionando Estado e desenvolvimento.

A criação de uma estatal como a SCGÁS foi a solução apresentada para que o gás natural fosse ofertado no Estado. O gás já fazia parte de uma demanda social que precisava do combustível para poder prosperar economicamente, além da estatal também resolver outros problemas relacionados, como os de infraestrutura. Fica nítido no estudo que os altos custos iniciais e o longo prazo para o retorno do investimento causaram uma inércia empresarial por parte do capital privado, ficando sob a responsabilidade do Estado e de suas empresas desempenharem papel fundamental no contexto econômico, visto que são responsáveis pela expansão do capitalismo monopolista, retirando os entraves e desenvolvendo as forças de produção para atender às demandas e gerar a valorização de capital.

Como sugestão para estudos futuros é proposto estudar a continuidade das atividades da Companhia e seus desdobramentos alinhados às políticas de estado voltadas para o gás natural; dar continuidade ao projeto de estudo referente às estatais catarinenses e ao sistema por elas formado, como um bloco que se sustenta e mantém a prosperidade econômica, dando segurança e estabilidade para os setores-chave.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis 2018**. Rio de Janeiro: ANP, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico>. Acesso em: 13 jan. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis 2019**. Rio de Janeiro: ANP, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico>. Acesso em: 13 jan. 2021.



BRASIL. Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010. Regulamenta os Capítulos I a VI e VIII da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 14. Brasília, DF, 3 dez. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7382.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7382.htm). Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 6, de 15 de agosto de 1995. Altera o inciso IX do art. 170, o art. 171 e o § 1º do art. 176 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 12352. Brasília, DF, 16 agos. 1995a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc06.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc06.htm). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 9, 09 de novembro de 1995. Dá nova redação ao art. 177, da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 17961. Brasília, DF, 10 nov. 1995b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc09.htm#art3](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc09.htm#art3). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009. Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 1. Brasília, DF, 5 mar. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11909.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11909.htm). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953. Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, p. 16705. Brasília, DF, 3 out. 1953. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L2004.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L2004.htm). Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS. Disponível em: <http://www.scgas.com.br/>. Acesso em: 5 jul. 2021.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS. **Estatuto Social de 27 de setembro de 2019**. Disponível em:



<http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>. Acesso em: 15 maio 2021.

LIMA, P. C. R. **O setor de gás natural e seu novo marco legal**. Nota Técnica: Consultoria Legislativa. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009, p. 13.

PRATES, C. P. T. *et al.* **Evolução da oferta e da demanda de gás natural no Brasil**. Vol. 24. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, 2006, p. 35-68. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2424>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 15.161**, de 18 de abril de 1995. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 15.413**, de 22 de abril de 1996. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 15.660**, de 23 de abril de 1997. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 15.905**, de 24 de abril de 1998. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 16.150**, de 23 de abril de 1999. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 16.392**, de 12 de abril de 2000. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. Lei nº 8.999, de 19 de fevereiro de 1993. Autoriza a constituição da Sociedade por Ações Companhia de Gás de Santa Catarina e dá outras providências. **Diário Oficial**, n. 14634. Florianópolis, 25 fev. 1993. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1993/8999\\_1993\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1993/8999_1993_Lei.html). Acesso em: 15 maio 2021.

SANTA CATARINA. Lei nº 9.493, de 28 de janeiro de 1994. Dispõe sobre o regime de prestação de serviço público de gás canalizado, previsto no artigo 25, § 2º, da Constituição Federal, e no artigo 8º, inciso VI, da Constituição Estadual. **Diário Oficial**, n. 14864. Florianópolis, 31 jan. 1994. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1994/9493\\_1994\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1994/9493_1994_Lei.html). Acesso em: 15 maio 2021.



SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 16.637**, de 09 de abril de 2001. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 16.859**, de 06 de abril de 2002. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 17.129**, de 04 de abril de 2003. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 17.373**, de 13 de abril de 2004. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 17.620**, de 18 de abril de 2005. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 17.863**, de 12 de abril de 2006. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 18.089**, de 22 de março de 2007. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 18.325**, de 19 de março de 2008. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 18.584**, de 13 de abril de 2009. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 18.821**, de 07 de abril de 2010. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 19.060**, de 04 de abril de 2011. [Documento digitalizado mediante visita à biblioteca pública Estadual de Santa Catarina].

SANTOS, W. G. dos. **Perspectivas da utilização de gás natural no Brasil**. 2012. 240 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Química) - Universidade do Estado do Rio de



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:  
[http://www.btd.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5273](http://www.btd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5273). Acesso em: 17 maio  
2021.